

DISCURSOS SOBRE MODERNIDADE PARA A ESCOLA PRIMÁRIA: PRIMEIRA CONFERÊNCIA ESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO (SANTA CATARINA, 1927) E PRIMEIRO CONGRESSO DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (MINAS GERAIS, 1927)

Solange Aparecida de Oliveira Hoeller – UFSC / IF-Catarinense

Este trabalho apresenta a análise parcial de uma pesquisa que traz para o centro das discussões as conferências/congressos educacionais ocorridos na década de 1920, no Brasil. Esses eventos bastante comuns nos anos de 1920 buscam dar notoriedade às propostas educacionais que se pretendia empreender por parte de diversos Estados brasileiros. Os temas e assuntos ventilados, em muitos casos, acabavam por influenciar as proposições e ações no âmbito educacional de diversas realidades do país e davam enfoque, dentre outros aspectos, às questões e preocupações relacionadas ao ensino primário.

Em sua totalidade a pesquisa demarcará as seguintes ocorrências: Conferência Interestadual do Ensino Primário¹, ocorrida por iniciativa do governo federal (Rio de Janeiro (1921); Congresso de Ensino Primário e Normal² (Paraná, 1926); Primeiro Congresso de Instrução Primária³ (Minas Gerais, 1927); Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário⁴ (Santa Catarina, 1927); Primeira Conferência Nacional de Educação⁵, promovida por intermédio da Associação Brasileira de Educação (Curitiba, 1927). Aqui participam dois dos eventos: o ocorrido em Minas Gerais e o organizado em solo catarinense.

Em maio de 1927 aconteceu em Minas Gerais o Primeiro Congresso de Instrução Primária – tratado aqui por ICIP-MG –, por iniciativa do governo estadual e estando à frente Francisco Campos – Secretário dos Negócios do Interior do Estado de Minas Gerais – cuja intenção era a de promover uma reforma de ensino no Estado mineiro, o que acaba se concretizando com a liderança do mesmo, atingindo o ensino primário e normal com os princípios renovadores balizados pelas ideias da *escola nova* (MELO, 2010).

O discurso de Francisco Campos (Minas Gerais, 1927a, p. 446) na sessão preparatória da ICIP-MG observou que se convocou a assembleia para “circunscrever nos contornos geraes das suas conclusões a futura e próxima

¹ BRASIL, 1922.

² BONA JUNIOR, 2005; BONA JUNIOR e VIEIRA, 2007.

³ MELO, 2010.

⁴ SANTA CATHARINA, 1927a;1927b; 1927c

⁵ FERREIRA, 1993; SCHMIDT, 1997; VIEIRA, 2007.

intervenção do Estado no plano geral do ensino”. Seguiu citando, na sessão solene de instalação, que a ocasião “estava onerada de responsabilidades de indissimuláveis responsabilidades, porque reunida para ser ouvida, inquirida, perscrutada, para discutir, converter e opinar, e pela opinião convencer, orientar e influir” (MINAS GERAIS, 1927a, p. 454).

O convencimento, orientação e influência caberiam, sobretudo, ao ensino primário, julgado ser o futuro das instituições democráticas, depositando, segundo Francisco Campos, nos “sentimentos e inteligência infantil que poderá transformar os elementos brutos que lhe são confiados em rendimento humano seja de ordem econômica, seja de ordem moral ou política”. O governador mineiro, Antonio Carlos, reiterou as afirmações de Francisco Campos, apelando aos professores presentes que fossem devotos o quanto possível ao “nobre e patriótico exercício do vosso grande sacerdócio”, e alegava que era um ofício grande entre os maiores “porque nelle não se arrima apenas o Brasil presente, mas descansam, sobretudo, os destinos do Brasil futuro” (MINAS GERAIS, 1927a, p. 455).

Um Brasil futuro que era defendido por ideais renovadores, de progresso, visando ultrapassar o que era considerado em atraso, enfim um país próspero/moderno. Le Goff (1990; 1997) aborda os conceitos de moderno, modernidade, modernização e modernismo. Sobre o que pode ser correspondente ao *moderno* ele evidencia o caráter histórico e polissêmico do par *antigo/moderno* e informa que este par se desenvolveu em um contexto complexo. O que constitui o par antigo/moderno implica a este último abarcar sentidos do que representa a modernidade, a modernização e o modernismo, reservadas as proporções e contextos (históricos e sociais) dessas apropriações nos diversos campos da sociedade: cultural, político, econômico entre outros e, por pertinência, no campo educacional. No Brasil, dos anos de 1920 – espaço temporal da ocorrência de várias conferências/congressos educacionais –, as argumentações e os discursos proferidos nos diversos cenários (político, econômico, social, cultural, educacional, etc) concorriam para compor um quadro ambivalente – talvez mesmo antagônico – entre o que se propunha como moderno e arcaico; o novo e o velho; saúde e mazela; nação e “desnacionalização”; progresso e atraso; entre outros pares colocados em oposição.

Os temas relacionados ao ensino primário e ventilados nas conferências/congressos, entravam na retórica moderna defendida como forma de solucionar os problemas percebidos no contexto educacional brasileiro, sendo apontados como contribuição para a formação do cidadão republicano almejado – que além de instruído na/pela escola fosse também fosse educado por ela: laborioso, saudável, com princípios morais, cívicos, patrióticos – para a construção de uma nação próspera com ideais de modernidade.

As teses tratadas no ICIP-MG envolviam uma diversidade de temáticas e, ao mesmo tempo, revelavam problemas existentes os quais deveriam ser solucionados: métodos de ensino, organização e fiscalização ensino primário, com observações questionando se era conveniente que o “Estado mande ao estrangeiro, de preferencia a paizes americanos, commissões mistas de professores e futuros assistentes technicos para estudarem as organizações das escolas primarias, os methods de ensino e os processo de fiscalização?”; parâmetros de como trabalhar a higiene e educação física; como abordar o “(...) ensino oral no curso primario, dando logar a maior actividade e iniciativa por parte dos alumnos”; como proceder ao ensino do desenho e trabalhos manuais; o que seria indicado quanto à educação moral e cívica; programas, horários, exames, *tests* (MINAS GERAIS, 1927b).

Em 1926, no seu Programa de Governo – Adolpho Konder⁶ – que concorria ao governo do Estado de Santa Catarina, apresenta algumas das suas preocupações em relação à instrução pública do Estado e afirmava que uma delas dizia respeito à atuação do mestre-escola: “Cabe ao mestre-escola um papel importantíssimo na estruturação mental da nacionalidade e não são raros os exemplos de profundas transformações na organização política dos povos, provocadas pelo extraordinário poder do regimen educacional” com também outra grande preocupação dos “grandes mestres do nosso tempo (que) tem sido a formação do cidadão, educando o indivíduo para os deveres da vida cívica, pela modelagem nacional da intelligencia”. Citava, de igual modo, que apesar dos esforços do Estado não fora possível “(...) alargar muito os benefícios da instrucção, levando-a onde seja reclamada (...)” (SANTA CATHARINA, 1926, p. 36-44).

⁶ Adolpho Konder: foi Governador do Estado de setembro de 1926 a fevereiro de 1929.

Se não era possível alargar a oferta de novas escolas, era praticável melhorar os métodos aplicados nas escolas existentes, Adolpho Konder cita Paul Robin, Ovide Decroly, Ferrière, Henri Piéron e Lunatcharsky, para justificar que é possível “(...) tentar a aplicação de métodos modernos de cultura, vitoriosos na experiência de outros povos (...)” (SANTA CATHARINA, 1926, p. 39). Pode-se argumentar que pensar na realização de conferências/congressos era sugerir um lugar para se pensar na renovação da escola, pensar em tratar daquilo que era considerado moderno também em outros referenciais fora do país os quais se deveria seguir.

O relatório de Cid Campos – Secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina – afirmava que o Estado ao pretender novas (re)organizações no âmbito da instrução pública do Estado propôs, em 1926, uma conferência que deveria ocorrer no próximo ano administrativo para discutir, propor e efetivar as reorganizações pretendidas. Entre agosto e de julho de 1927, no Salão Nobre da Escola Normal, na capital catarinense – Florianópolis – ocorreu a *Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário (ICEEP-SC)*, que veio a influenciar, segundo Cid Campos *uma quase completa reforma* desse departamento da administração pública (SANTA CATHARINA, 1928, p. 156).

A ICEEP-SC colocou à mesa de discussão, assuntos relacionados ao ensino primário que tinham intenções de demarcar avanços nesse nível de ensino, superando, na concepção dos articuladores, os atrasos relacionados aos diversos aspectos julgados justos de serem ultrapassados: método analítico de alfabetização, contraposto ao método sintético; programas de ensino e disciplinas que deveriam figurar nas escolas catarinenses; os princípios de higiene, moral e educação cívica; a defesa dos trabalhos manuais em equilíbrio com os trabalhos intelectuais; correlação entre ensino primário, ginásial, e ensino normal, incluindo a formação dos professores; o ensino profissionalizante em outras áreas; inspeção escolar; e nacionalização do ensino.

Na defesa de participantes da ICIP-MG e da ICEEP-SC, fazer com que o ensino primário se configurasse como atualizado/moderno, fazendo jus aos ideais pretendidos, era investir no tratamento e melhoria dos aspectos/temáticas discutidos naqueles eventos.

FONTES:

MINAS GERAIS. Revista do Ensino. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano III, n. 21, maio e junho. Belo Horizonte, 1927a.

_____. Revista do Ensino. Orgam Official da Directoria da Instrucção. Ano III, n. 22, agosto e setembro. Belo Horizonte, 1927b.

SANTA CATARINA. KONDER, Adolpho. Programma de Governo. Lido no banquete de 18 de setembro de 1926. Florianópolis: Imprensa Official, 1926.

SANTA CATARINA. Regimento Interno da Conferência de Ensino Primário. Gabinete da Imprensa Official. Florianópolis, 1927a.

SANTA CATHARINA. Annaes da 1ª Conferência Estadual do Ensino Primário. Florianópolis, Off. Graph. da Escola de Aprendizizes de Artífices, 31 de julho de 1927b.

SANTA CATHARINA. CAMPOS, Cid. Relatório do Secretário do Interior e Justiça, endereçado ao Governador do Estado, Adolpho Konder. Florianópolis: Of. Graph. Da Escola de Aprendizizes Artífices, 24 de agosto de 1927c.

SANTA CATHARINA. CAMPOS, Cid. Relatório do Secretário do Interior e Justiça. Florianópolis: Of. Graph. da Escola de Aprendizizes de Artífices, 1928.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Annaes da Conferência Interestadual de Ensino Primário. Rio de Janeiro: Emp. Industrial Editora “O Norte”, 1922.

BONA JÚNIOR, A. **Educação e modernidade nas conferências educacionais da década de 1920 no Paraná.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

_____. VIEIRA, C. E. **Discursos da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná.** In. Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964). Curitiba: Editora DA UFPR, 2007.

FERREIRA, S. da C. **A I Conferência Nacional de Educação** (contribuição para o estudo das origens da Escola Nova no Brasil. MEC. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília. Série Documentos: Eventos, n. 6, nov. /1993.

LE GOFF, J. **História e memória** (1924). Trad. Bernardo Leitão (et all.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **Antigo/Moderno**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1997. (reed.), vol.1 - Memória-História, p.370-392.

MELO, C. M. M. de. **A infância em disputa: escolarização e socialização na reforma de ensino primário em Minas Gerais – 1927**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SCHMIDT, M. A. M. dos S. **Infância: sol do mundo** – a primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira. Curitiba, 1927. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

VIEIRA, C. E. **Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba – 1927)**. In. BENCOSTTA, M. L. Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.